



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC. DE RORAIMA  
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA E OBRAS - DETEO

**ANEXO A6 - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI**

PROCESSO:	23231.000475.2018-15
OBJETO:	Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Execução de Serviços de Engenharia de Adequação
LOCAL:	Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã, Boa Vista - RR CEP: 69.303-340
REFERÊNCIA:	SINAPI DESONERADO, RORAIMA DATA BASE: 02/2019

1. A fórmula adotada para cálculo do BDI, segue as recomendações do Acórdão TCU 2.622/2013, dada por:

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + G + R)) * (1 + DF) * (1 + LB)}{(1 - IMP)} \right] - 1$$

2. Foram adotados para alíquotas que compõe o BDI, os valores médios da tabela do Acórdão 2622/2013, conforme segue:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	BDI GERAL	BDI DIFERENCIADO
<b>1</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>7,30%</b>	<b>7,30%</b>
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	4,00%	4,00%
1.2	SEGURO E GARANTIA (S+G)	0,80%	0,80%
1.3	RISCOS (R)	1,27%	1,27%
1.4	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,23%	1,23%
<b>2</b>	<b>LUCRO</b>	<b>7,40%</b>	<b>7,40%</b>
2.1	LUCRO BRUTO (LB)	7,40%	7,40%
<b>3</b>	<b>IMPOSTOS (IMP)</b>	<b>10,65%</b>	<b>10,65%</b>
3.1	PIS <sup>1</sup>	0,65%	0,65%
3.2	CONFINS <sup>1</sup>	3,00%	3,00%
3.3	ISS <sup>2</sup>	2,50%	2,50%
3.4	CPRB <sup>3</sup>	4,50%	4,50%
	<b>PERCENTUAIS DE BDI</b>	<b>29,07%</b>	<b>29,07%</b>

NOTAS:

1. Adotado valor integral das alíquotas 0,65% e 3,00%, para o PIS e CONFINS, respectivamente (art. 3º e 4º da Lei 9.718/1998)
2. Adotado o percentual de ISS de 2,50%, referente a alíquota de 5% sobre 50% do Preço de Venda;
3. Adotado alíquota da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,50%, conforme Lei 13.161/2015;
4. A licitante deve adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (item 9.3.2.3 do Acórdão 2622/2013);
5. Prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar (item 9.3.2.5 do Acórdão 2622/2013).

OBSERVAÇÃO:

Assinatura/carimbo dos Responsáveis: